



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR MUNICIPAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 4 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. De acordo com o quanto previsto pela Constituição Federal, é correto afirmar que a composição da Câmara Municipal do Município Beta, que conta atualmente com 32.000 habitantes, será de, no máximo,

- (A) 8 vereadores.
- (B) 9 vereadores.
- (C) 11 vereadores.
- (D) 13 vereadores.
- (E) 15 vereadores.

02. Considere a seguinte situação: o Município de Itaquaquecetuba pretende realizar um desmembramento territorial de modo a criar, a partir desta divisão, um novo Município, considerando o aumento do contingente populacional. Nesse tocante, após a divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, o vereador Fulano, do Partido Z, apresenta, perante a Câmara Municipal, um projeto de lei propondo referido desmembramento, sugerindo que este seja aprovado pela Casa e, posteriormente, seja feito um referendo com a população do Município para a sua confirmação. Referido projeto foi aprovado pela Câmara de Vereadores e, ao chegar na Prefeitura, o chefe do Executivo solicita o seu parecer quanto à constitucionalidade desse projeto.

Nesse caso, é correto afirmar que o indicado projeto de lei

- (A) é inconstitucional, pois ainda que tenha sido divulgado Estudo de Viabilidade Municipal, apresentado e publicado na forma da lei, o tema deveria ser regulado por lei estadual, em período determinado por lei complementar federal, além do fato de a Constituição exigir a aprovação popular por plebiscito e não referendo.
- (B) é inconstitucional, pois ainda que divulgado e publicado Estudo de Viabilidade Municipal prévio, o tema deveria ter sido objeto de lei federal, em período determinado por lei ordinária, com posterior referendo da população confirmando a decisão efetivada pelo Congresso Nacional.
- (C) muito embora o tema pudesse ter sido regulado em lei municipal, dado o interesse local, é inconstitucional, pois além de não se exigir, neste caso, Estudo de Viabilidade Municipal prévio nesta situação, a Constituição exige a realização de um plebiscito da população interessada e não referendo.
- (D) é constitucional, pois além de atender o requisito prévio da publicação e divulgação do Estudo de Viabilidade Municipal, o tema foi devidamente aprovado pela Câmara de Vereadores em lei municipal que regula interesse local, havendo a posterior submissão do projeto para referendo popular, exatamente como determinado pela Constituição.
- (E) é constitucional, uma vez que a Constituição admite a sua regulação por lei estadual e, de forma complementar, por lei municipal, de modo que, não havendo legislação estadual, o Município poderia complementar no que coubesse, legislando sobre o todo.

03. As medidas provisórias representam atividade legislativa atípica exercida pelo chefe do Poder Executivo e, por isso mesmo, a Constituição delimita expressamente o seu campo de atuação, estabelecendo uma série de limitações e procedimento próprio para discussão e aprovação.

Nesse contexto, sobre as medidas provisórias, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a edição de medidas provisórias sobre direito penal, processo penal, processo civil e direito e processo do trabalho.
- (B) Admite-se a edição de medida provisória sobre matéria que, embora aprovada pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente, ainda não tenha sido promulgada, em atenção à conveniência política do chefe do Poder Executivo.
- (C) No caso de não apreciação da medida provisória no prazo de até 30 dias contados de sua publicação, haverá o denominado trancamento de pauta, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, sobrestando-se todas as votações até a deliberação sobre o teor da medida provisória.
- (D) No caso de aprovação de projeto de lei de conversão, que altera o texto original da medida provisória, esta manterá integralmente a sua vigência até a sanção ou veto do projeto.
- (E) As medidas provisórias, diante da relevância da temática, terão a sua apreciação iniciada no Senado Federal, com posterior remessa e análise pela Câmara dos Deputados, em respeito ao bicameralismo.

04. Imagine a seguinte situação: o Prefeito em exercício do município X, que havia sido eleito em 2024, falece em abril de 2025, de modo que o Vice-Prefeito é empossado em suas respectivas funções.

Diante do quadro, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de eventual renúncia, morte ou impedimento do Vice-Prefeito, restará caracterizada hipótese de vacância dupla, havendo a necessidade de que sejam realizadas novas eleições. Se a vacância ocorrer nos dois primeiros anos do mandato, deverão ser realizadas novas eleições indiretas, pela Câmara de Vereadores.
- (B) No caso de eventual renúncia, morte ou impedimento do Vice-Prefeito, restará caracterizada hipótese de vacância dupla, havendo a necessidade de que sejam realizadas novas eleições. Se a vacância ocorrer nos dois primeiros anos do mandato, deverão ser realizadas novas eleições diretas, no prazo de 90 dias.
- (C) No caso de eventual renúncia, morte ou impedimento do Vice-Prefeito, restará caracterizada hipótese de vacância dupla, havendo a necessidade de que sejam realizadas novas eleições, de forma direta, no prazo de 30 dias a contar da abertura da vaga.
- (D) No caso de eventual renúncia, morte ou impedimento do Vice-Prefeito, a Câmara Municipal deverá declarar a vacância dupla, de modo que o Presidente da Câmara de Vereadores assumirá o mandato temporariamente, até que sejam realizadas novas eleições no prazo de 45 dias, de forma indireta, pela escolha dos membros da Câmara Municipal.
- (E) No caso de eventual renúncia, morte ou impedimento do Vice-Prefeito, a Câmara Municipal deverá declarar a vacância dupla, de modo que se esta tiver ocorrido no último biênio do mandato, o Presidente da Câmara de Vereadores assumirá o mandato tampão, até o fim da legislatura, de modo a se garantir a continuidade do poder executivo.

05. As normas constitucionais costumam ser classificadas pela doutrina, de acordo com a sua aplicabilidade e eficácia, sendo a proposta classificatória mais comum aquela atribuída à José Afonso da Silva. Nesse contexto, partindo da sua tipologia, indique à qual categoria normativa se enquadra a norma prescrita no artigo 18, §3º, da Constituição: “Art. 18. [...] § 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar: norma constitucional

- (A) de eficácia plena.
- (B) de eficácia contida.
- (C) de eficácia restringível.
- (D) autoexecutável.
- (E) de princípio institutivo/organizativo.

06. Relativamente às bases ideológicas, conceitos e princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição Federal, ao tratar da administração pública, traz expressos os princípios da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público.
- (B) As prerrogativas materiais da Administração existentes no regime jurídico administrativo derivam do princípio da supremacia do interesse público, enquanto que as limitações que lhes são impostas derivam do princípio da indisponibilidade do interesse público.
- (C) No conceito doutrinário amplo de Administração Pública estão abrangidos os órgãos de governo, as funções políticas, bem como os órgãos e pessoas jurídicas que exercem funções meramente administrativas, excluídas aquelas que desenvolvem atividades econômicas.
- (D) O Brasil adota o critério material na conceituação de Administração Pública, de modo que entidades privadas que exercem atividades próprias da função administrativa, a exemplo das organizações sociais, integram a estrutura administrativa ampla do Estado.
- (E) No conceito doutrinário, a atuação direta do Estado na seara econômica, na qualidade de agente produtivo, configura atividade de administração pública nos sentidos formal e material.

07. Relativamente aos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A permissão de serviço público pode ser celebrada com pessoas físicas ou jurídicas e deve ser formalizada em contrato de adesão, independentemente de licitação, caracterizada por precariedade e suscetível à revogação unilateral por parte da Administração.
- (B) No caso de extinção da concessão ou permissão de serviço público, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente ou permissionário, ficando a propriedade dos bens reversíveis com o particular, que poderá cedê-los ao ente público mediante indenização.
- (C) A encampação caracteriza-se pelo retorno do serviço público ao poder concedente, antes do término do prazo de concessão, no caso de vício ou irregularidade na prestação do serviço pela concessionária.
- (D) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços do qual a administração pública é usuária direta ou indireta, ainda que envolva a execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- (E) O contrato de parceria-público privada caracteriza-se por ser uma concessão de serviço e na modalidade patrocinada o valor da remuneração do parceiro privado resulta da soma da tarifa paga pelo usuário e a contraprestação paga pelo parceiro público.

08. De acordo com as normas de abrangência nacional preconizadas na Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, que racionaliza atos e procedimentos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A autenticidade de certidões e documentos poderá ser substituída por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo, com exceção de documentos pessoais do usuário.
- (B) Os órgãos públicos não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão de antecedentes criminais ou outro documento, quando expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder.
- (C) Nos casos em que resulte imposição de deveres ou ônus, desde que previstos em lei, a comunicação entre o Poder Público e o cidadão poderá ser feita por qualquer meio, inclusive comunicação verbal.
- (D) É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
- (E) É proibida a exigência de reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo lavrar sua autenticidade no próprio documento.

09. Sobre o tema da intervenção do poder público na propriedade particular, assinale a alternativa correta.

- (A) Servidão administrativa é o direito real público que autoriza o ente público a usar da propriedade imóvel do particular para permitir a execução de obras e serviços de interesse público, podendo ser instituída por acordo administrativo ou sentença judicial.
- (B) Em caso de perigo público iminente, a Administração Pública pode requisitar bens móveis, imóveis ou serviços particulares, mediante autorização judicial e indenização ulterior, se houver prejuízo devidamente comprovado.
- (C) As limitações administrativas decorrentes do princípio de supremacia do interesse público são determinações do poder público, de caráter específico, destinadas aos proprietários de imóveis certos e determinados para que estes assegurem o atendimento da função social da propriedade.
- (D) O tombamento é uma modalidade de intervenção do poder público na propriedade particular, podendo ser voluntário ou compulsório, mas sempre de forma definitiva.
- (E) A chamada desapropriação por zona ou extensiva ocorre quando o poder público expropria uma extensão menor do que a necessária para a realização de uma obra ou serviço, sendo necessária a expropriação extensiva das áreas adjacentes para que fiquem reservadas e destinadas ao interesse público.

10. De acordo com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), disciplinado pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o STJ, as exigências do MROSC são aplicáveis às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.
- (B) Fica dispensada a assinatura do termo de colaboração, pelo poder público, em caso de transferências voluntárias de recursos para consecução de planos de trabalho propostos pela própria administração pública.
- (C) O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público para que avalie a possibilidade de realização de um chamamento público, objetivando a celebração de parceria.
- (D) Toda a celebração de termo de colaboração ou de fomento com base no MROSC deverá ser precedida, necessariamente, de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.
- (E) É possível a celebração de parcerias previstas na lei do MROSC, que envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, a delegação das atividades de fiscalização.

DIREITO TRIBUTÁRIO

11. Um município decide cobrar pelo serviço de coleta, remoção e destinação de lixo e resíduos provenientes de imóveis. Para tanto, usa como um dos elementos de sua base de cálculo a metragem do imóvel constante dos dados cadastrais dos imóveis em sua circunscrição territorial.

Em vista do exposto, o tributo cobrado deverá ser

- (A) uma taxa e não poderá ter como um dos elementos de sua base de cálculo a metragem do imóvel, pois essa é a base de cálculo própria do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
- (B) um imposto e não poderá ter como um dos elementos de sua base de cálculo a metragem do imóvel, pois essa é a base de cálculo própria do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
- (C) uma contribuição de melhoria e poderá ter como um dos elementos de sua base de cálculo a metragem do imóvel.
- (D) um imposto e poderá ter como um dos elementos de sua base de cálculo a metragem do imóvel.
- (E) uma taxa e poderá ter como um dos elementos de sua base de cálculo a metragem do imóvel.

12. Considere uma situação hipotética na qual tenha sido aprovada uma norma que dispensa a manutenção de escrituração contábil pelo contribuinte que, no desenvolvimento de seu negócio, aufera receita bruta anual inferior ao limite nela estipulado.

De acordo com disposição expressa do Código Tributário Nacional, essa norma deve ser interpretada

- (A) por analogia.
- (B) por princípios gerais de Direito Tributário.
- (C) por equidade.
- (D) literalmente.
- (E) da maneira mais favorável ao contribuinte.

13. A empresa Alfa Ltda. é notificada pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento de crédito fiscal e, ato contínuo, com o objetivo de frustrar a cobrança dos créditos tributários, transfere alguns de seus bens pertencentes ao ativo imobilizado para outra empresa do grupo.

Diante dessa atitude, para assegurar a satisfação do crédito tributário contra as ações de dilapidação patrimonial a cargo da empresa devedora, o mais adequado é a interposição pela Fazenda Pública de

- (A) execução fiscal.
- (B) medida cautelar fiscal.
- (C) ação de cobrança.
- (D) ação de repetição de indébito.
- (E) ação consignatória em matéria tributária.

14. De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, veda-se a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão de ofício sobre certas informações sobre sujeito passivo ou terceiros.

Não obstante, podem ser divulgadas informações relativas

- (A) à moratória do sujeito passivo.
- (B) à situação econômica do sujeito passivo.
- (C) à natureza das atividades do sujeito passivo.
- (D) ao estado das atividades do sujeito passivo.
- (E) à situação financeira de terceiros.

15. Analise a seguinte assertiva:

De acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988, serão destinados ao município de origem _____ do produto do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, incidente sobre o ouro enquanto ativo financeiro ou instrumento cambial, e, ao município onde se situa o imóvel, _____ do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, cuja fiscalização e cobrança não sejam realizadas pelo município.

Os percentuais que preenchem, correta e respectivamente, as lacunas da assertiva são:

- (A) 70% (setenta por cento) ... 50% (cinquenta por cento)
- (B) 50% (cinquenta por cento) ... 30% (trinta por cento)
- (C) 100% (cem por cento) ... 70% (setenta por cento)
- (D) 50% (cinquenta por cento) ... 100% (cem por cento)
- (E) 30% (trinta por cento) ... 50% (cinquenta por cento)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. Assinale a alternativa que corresponde corretamente a uma das características da jurisdição.

- (A) A substitutividade existe nos processos que tenham aptidão para fazer coisa julgada material.
- (B) A imutabilidade, para que seja alcançada, deverá, dentre outros requisitos, exigir que a decisão tenha sido proferida em cognição sumária.
- (C) A imperatividade não pode ser afastada, nem mesmo previamente ou posteriormente.
- (D) A indelegabilidade deve ser entendida no sentido de que os órgãos que podem exercer a função jurisdicional são única e exclusivamente aqueles que a Constituição Federal cria e autoriza. Dessa forma, a expedição de carta precatória é uma delegação de atividade autorizada pelo ordenamento jurídico.
- (E) A jurisdição é una e não pressupõe um território em que possa ser exercida.

17. Enzo propôs ação de obrigação de fazer contra o Município de Itaquaquecetuba. O juiz de primeiro grau julgou a ação improcedente. Foram apresentadas apelação e contrarrazões. O desembargador, na fundamentação da sua decisão, transcreveu parte do parecer jurídico da Procuradoria do Município de Itaquaquecetuba, acrescentando apenas que “os fundamentos do parecer se aplicam integralmente ao caso” e que “não há fatos novos aptos a modificar o entendimento”.

Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que o acórdão

- (A) é nulo, uma vez que trechos do parecer de uma das partes não podem ser utilizados como fundamentação.
- (B) é nulo, uma vez que novas questões devem ser analisadas de maneira pormenorizada.
- (C) só seria válido se na apelação todos os argumentos trazidos fossem idênticos aos argumentos apresentados na petição inicial.
- (D) é válido, uma vez que o desembargador, além de transcrever o parecer, demonstrou, ainda que de modo conciso, que considerou não haver novas questões trazidas ao processo.
- (E) é válido, porque a fundamentação *per relationem* autoriza o desembargador a adotar integralmente parecer jurídico, mesmo que não exista qualquer manifestação adicional ou enfrentamento dos pontos novos.

18. Joana propôs ação de indenização por danos materiais contra Manuela em razão de um acidente de carro. Devidamente citada, Manuela ofereceu contestação e juntou documentos comprobatórios ao processo. O juiz proferiu decisão acolhendo os documentos juntados por Manuela e intimou Joana a apresentar réplica. Joana, entendendo que há contradição na decisão que admitiu a juntada dos documentos, opõe embargos de declaração. Passados 20 dias, os embargos de declaração foram rejeitados e Manuela apresentou sua réplica.

Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a réplica apresentada por Manuela é

- (A) tempestiva, uma vez que os embargos de declaração interrompem todos os prazos incidentais.
- (B) tempestiva, pois a rejeição dos embargos de declaração reabre automaticamente o prazo da outra parte.
- (C) tempestiva, porque não há distinção entre os prazos de defesa, sendo eles recursais ou não.
- (D) intempestiva, uma vez que os embargos de declaração, apesar de suspenderem os prazos das manifestações das partes, no caso, foram rejeitados.
- (E) intempestiva, pois os embargos só interrompem prazo para recurso.

19. Marcelo, servidor público, propôs ação contra o Município X requerendo o pagamento de diferenças remuneratórias no valor de dez mil reais com base em interpretação local de lei municipal. O Município, devidamente citado, apresentou contestação e a ação foi julgada procedente. Foi apresentada apelação, mas a Turma Recursal manteve a condenação, tendo transitado em julgado a ação. Um ano depois, o STF, em julgamento de repercussão geral, fixou entendimento contrário à interpretação utilizada no processo, declarando inconstitucional a base jurídica que sustentava o título executivo.

Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A coisa julgada deve ser preservada, pois mudança posterior de jurisprudência não autoriza a sua revisão.
- (B) O Município X pode apresentar simples petição requerendo a desconstituição da coisa julgada, desde que respeite prazo equivalente ao da ação rescisória.
- (C) Seria cabível impugnação ao cumprimento de sentença apenas se a decisão do STF fosse anterior ao trânsito em julgado.
- (D) O Município X deve propor mandado de segurança contra o cumprimento de sentença.
- (E) O Município X deve propor ação rescisória, pois decisões dos Juizados não admitem qualquer via interna para desconstituição.

20. De acordo com o disposto na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, o despacho do Juiz que deferir a inicial da execução fiscal importa em ordem para

- (A) citação pessoal.
- (B) registro da penhora ou do arresto, desde que mediante pagamento de custas ou outras despesas.
- (C) avaliação dos bens penhorados ou arrestados.
- (D) arresto, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia.
- (E) penhora, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar.

21. Lucimara estava em período de licença maternidade devido ao nascimento de Benício, seu primogênito, quando, infelizmente, em razão da piora de uma doença grave, que não pôde ser tratada durante a gestação, acabou falecendo após 45 dias do parto, deixando seu marido Manoel desolado. Diante desse triste cenário, assinale a alternativa correta nos termos da CLT, considerando que Manoel é empregado devidamente registrado.

- (A) Manoel não terá direito à licença para poder cuidar de seu filho.
- (B) Ele terá direito à licença, por 30 dias.
- (C) Manoel terá direito à licença pelo tempo restante a que teria direito a mãe.
- (D) Ele terá direito à licença pelo período integral de 120 dias que teria a mãe.
- (E) Manoel terá direito à licença ainda que abandone seu filho.

22. Leonardo estava cumprindo aviso prévio da despedida de seu emprego, quando houve o reajuste salarial coletivo na empresa da qual está se desligando. Nesse caso, considerando norma expressa da CLT, Leonardo,

- (A) será beneficiado, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.
- (B) será beneficiado, caso não tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.
- (C) não será beneficiado, pois já estava cumprindo o aviso prévio quando houve o reajuste.
- (D) será beneficiado somente se tiver mais de 12 (doze) meses de serviço na empresa e caso não tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso.
- (E) não será beneficiado se tiver menos de 12 (doze) meses de serviço na empresa.

23. Sobre acordos e convenções coletivas de trabalho, assinale a alternativa correta nos termos da CLT.

- (A) A inexistência de expressa indicação de contrapartidas recíprocas em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho ensejará sua nulidade por caracterizar um vício do negócio jurídico.
- (B) Se for pactuada cláusula que reduza o salário ou a jornada, deverão prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo.
- (C) É vedado pactuar cláusula que reduza o salário.
- (D) Na hipótese de procedência de ação anulatória de cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, havendo cláusula compensatória, esta não deverá ser igualmente anulada, sem repetição do indébito.
- (E) Os sindicatos subscritores de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho deverão participar como litisconsortes facultativos em ação coletiva, que tenha como objeto a anulação de cláusulas desses instrumentos.

24. Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica,

- (A) na fase de execução, caberá agravo de petição, desde que garantido o juízo.
- (B) na fase de cognição, caberá recurso ordinário de imediato.
- (C) caberá agravo de petição se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
- (D) na fase de execução, caberá agravo interno.
- (E) na fase de cognição, não caberá recurso de imediato.

25. O recurso ordinário “*ex officio*” previsto no Decreto-Lei nº 779/1969, será cabível

- (A) quando a decisão contrária à Fazenda Pública for fundada em súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) em mandado de segurança, se figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, independentemente de se tratar de matéria administrativa.
- (C) em dissídio individual, quando houver decisão contrária à Fazenda Pública, se a condenação ultrapassar o valor correspondente a 100 (cem) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias.
- (D) em mandado de segurança, se na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem.
- (E) quando a decisão for fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

26. Durante vistoria de rotina em uma usina sucroalcooleira, o órgão ambiental estadual constatou o armazenamento de vinhoto em lagoa de contenção, sem impermeabilização adequada, com infiltração no lençol freático raso. Lavrou auto de infração (multando e impondo obrigação de fazer) e remeteu peças ao Ministério Público para apuração criminal, pois havia indícios de crime do art. 54 da Lei nº 9.605/1998.

Suponha que, na ação penal, venha a ser proferida sentença absolutória por inexistência de nexo causal entre a conduta e o dano alegado. Observado o regime de responsabilidade da Lei nº 9.605/1998, assinale a alternativa que corresponde ao efeito jurídico correto dessa absolvição sobre as demais esferas.

- (A) A absolvição impede a continuidade da cobrança da multa administrativa, pois, demonstrada a inexistência do fato típico, resta afastada automaticamente a antijuridicidade administrativa.
- (B) A absolvição vincula necessariamente a esfera civil: não havendo nexo causal, não pode haver condenação de reparação de dano ambiental.
- (C) Absolvida penalmente, a empresa pode ainda responder civilmente, mas a sanção administrativa necessariamente caduca, pois não pode haver sanção estatal em duplicidade.
- (D) A absolvição somente vinculará a esfera administrativa e a civil se o fundamento da absolvição for negação da existência material do fato (fato inexistente), se absolver por falta de provas, não retira das outras esferas o poder-dever de apurar e sancionar.
- (E) A absolvição penal com trânsito em julgado impõe extinção das demais esferas, pois o art. 3º veda cumulação de sanções sob mesma causa de pedir.

27. Uma associação composta por famílias de baixa renda ocupa, há mais de cinco anos contínuos, uma área urbana de propriedade privada superior a 250 m², localizada em zona com infraestrutura básica e destinada à moradia. Os ocupantes utilizam o local exclusivamente como residência, sem contestação judicial ou resistência do proprietário. O município, em busca de regularizar a situação habitacional, avalia aplicar o instituto da usucapião especial urbana coletiva, previsto na Lei nº 10.257/2001.

Diante desse contexto, assinale a alternativa correta segundo o Estatuto da Cidade.

- (A) A usucapião urbana coletiva somente pode ser reconhecida se houver prévia autorização legislativa municipal específica para a área em questão.
- (B) A área total ocupada deve ser aquela dividida pelo número de possuidores e inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor, sendo a posse ininterrupta de, no mínimo, 5 anos, independentemente de justo título ou boa-fé.
- (C) A legitimidade ativa para requerer a usucapião coletiva pertence exclusivamente ao município.
- (D) A sentença que reconhece a usucapião coletiva beneficiará apenas os ocupantes que comprovarem individualmente posse de área limitada a 50 metros quadrados.
- (E) A usucapião coletiva urbana exige, além da posse, o pagamento do IPTU por todos os ocupantes durante o período de cinco anos.

28. Um município que abriga indústrias químicas e empreendimentos de mineração passou a enfrentar problemas de poluição do ar e contaminação de cursos d'água. O Ministério Público, em conjunto com o órgão ambiental estadual, instaurou procedimento para investigar as causas e medidas de mitigação. Durante o processo, constatou-se ausência de integração das ações ambientais entre as esferas federal, estadual e municipal, o que dificultou a formulação de estratégias preventivas e corretivas.

Considerando as disposições da Lei nº 6.938/1981, é correto afirmar que

- (A) a Política Nacional do Meio Ambiente é de competência exclusiva da União, cabendo ao estado e município apenas executar políticas setoriais suplementares.
- (B) o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é um órgão executivo do Sistema Nacional de Meio Ambiente responsável por fiscalizar diretamente empreendimentos poluidores.
- (C) o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é composto por órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, visando à articulação da política ambiental em todo o território nacional.
- (D) a competência para licenciar atividades potencialmente poluidoras pertence unicamente aos órgãos estaduais de meio ambiente.
- (E) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é órgão consultivo, sem poder de execução ou fiscalização ambiental.

29. Dentre as condições para se conceder a legitimação fundiária ao beneficiário, na Reurb-S (Reurb de Interesse Social), nos termos da Lei nº 13.465/2017 (Lei de Regularização Fundiária Urbana), exige-se que

- (A) o beneficiário não seja concessionário ou proprietário de imóvel urbano, podendo ser foreiro de imóvel rural.
- (B) o beneficiário não tenha sido contemplado com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto.
- (C) na hipótese de imóvel urbano ou rural, com finalidade residencial, seja o interesse público de sua ocupação objeto de reconhecimento pelo órgão ambiental local.
- (D) o ocupante adquira a unidade imobiliária com destinação urbana livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, ainda que digam respeito ao próprio legitimado.
- (E) os ocupantes que não tenham constado da listagem inicial realizem cadastramento residual, para o fim específico de o poder público atribuir direito real de uso para fins de moradia, por legitimação fundiária, a despeito dos direitos de quem haja constado na listagem inicial.

30. Acerca do regime de proteção da Reserva Legal, previsto no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), é correto afirmar:

- (A) admite-se a exploração econômica residual da Reserva Legal, mediante manejo sustentável, aprovado posteriormente pelo órgão competente do Conama, de acordo com as modalidades previstas no Código Florestal referido.
- (B) sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis, deverá ser iniciado o processo de recomposição da Reserva Legal em até cinco anos, contados a partir da data da publicação do Código Florestal.
- (C) para fins de manejo de Reserva Legal na pequena propriedade ou posse rural familiar, os órgãos integrantes do Sisnama deverão estabelecer procedimentos simplificados de elaboração, análise e aprovação de tais planos de manejo.
- (D) na posse, a área de Reserva Legal é assegurada por termo de cessão de direitos, firmado pelo possuidor com o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), com força de título executivo judicial, que explicita a mensuração da área de Reserva Legal e as obrigações assumidas pelo possuidor.
- (E) a área de Reserva Legal deverá ser registrada no Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo permitida a alteração de sua destinação, nos casos de assunção de obrigações reais, ou de parcelamento, nos limites da Lei de Regularização Fundiária.

31. João, desejando vender um imóvel de sua propriedade ao filho Pedro, mas querendo evitar a necessidade de anuência dos demais filhos, combina com um amigo, Carlos, que este figure como comprador formal. Carlos adquire o imóvel de João e, poucas semanas depois, vende o imóvel a Pedro pelo mesmo valor.

Diante da situação hipotética, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que se trata de ato jurídico

- (A) nulo, com prazo decadencial de 2 (dois) anos.
- (B) nulo, com prazo prescricional de 2 (dois) anos.
- (C) anulável, com prazo decadencial de 2 (dois) anos.
- (D) anulável, com prazo prescricional de 2 (dois) anos.
- (E) válido.

32. Assinale a alternativa que corresponde a uma situação em que há o dano moral presumido.

- (A) Inscrição em cadastro de crédito com inscrição prévia legítima.
- (B) Saque indevido de valores depositados em conta corrente posteriormente ressarcidos ao correntista.
- (C) Contaminação de alimento com corpo estranho, desde que ocorra a sua ingestão.
- (D) Recusa do plano de saúde a autorizar qualquer tratamento médico que não conste no rol da ANS.
- (E) Uso indevido de marca.

33. No caso específico de usucapião especial urbana, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a soma de posse de terceiros para complementação do quinquênio

- (A) não é admitida em nenhuma hipótese.
- (B) é admitida somente no caso de soma das posses *causa mortis*.
- (C) é admitida somente no caso de soma das posses por ato *inter vivos*.
- (D) é admitida tanto no caso de soma de posses *causa mortis* quanto *inter vivos*.
- (E) é admitida desde que as posses anteriores comprovem o justo título e boa-fé.

34. Uma padaria instalada em área urbana pretende expandir o seu funcionamento e permanecer aberta 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados. A associação de moradores do bairro apresentou uma reclamação ao Município afirmando que, após as 22h, o estabelecimento utiliza máquinas que geram ruído contínuo e vibração perceptível nas casas.

Diante da situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, assinale a alternativa correta.

- (A) A padaria pode alterar o horário de funcionamento, e o Município pode impor restrição apenas em casos de violação à segurança.
- (B) O direito ao funcionamento 24 horas por dia prevalece sobre o direito de vizinhança, impedindo qualquer intervenção municipal.
- (C) Será permitido o funcionamento 24 horas por dia mediante pagamento de taxa ao Município.
- (D) O Município pode impor limites de funcionamento noturno se houver violação às normas ambientais, inclusive sobre poluição sonora.
- (E) O funcionamento 24 horas por dia só será permitido após a liberação pelo Estado e pelo Município.

35. Assinale a alternativa que corresponde a uma das condições aplicáveis ao protesto de título quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte.

- (A) O cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado.
- (B) Sobre os emolumentos do tabelião, incidirão as taxas, custas e contribuições para o Estado, não sendo possível a cobrança de taxa adicional.
- (C) Para o pagamento do título em cartório, poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário.
- (D) Perante o tabelião de protestos, o representante legal deverá provar sua qualidade de microempresa ou de empresa de pequeno porte mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado do extrato bancário que comprove a sua qualidade.
- (E) Quando o pagamento do título ocorrer com cheque sem a devida provisão de fundos, serão automaticamente suspensos pelos cartórios de protesto, pelo prazo de 5 (cinco) anos, todos os benefícios previstos para o devedor, independentemente da lavratura e registro do respectivo protesto.

36. Os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa, poderão ser custeadas por dotações

- (A) globais, classificadas entre as transferências correntes.
- (B) individuais, classificadas entre as despesas de custeio.
- (C) globais, classificadas entre as despesas de capital.
- (D) individuais, classificadas entre as despesas de capital.
- (E) globais, classificadas entre as despesas de custeio.

37. Observe as seguintes disposições da Lei Federal nº 4.320/1964:

Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.

(...)

Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

Os artigos citados refletem, respectivamente, os seguintes princípios orçamentários:

- (A) Universalidade e Totalidade.
- (B) Discriminação e Orçamento Bruto.
- (C) Especificidade e Equilíbrio Orçamentário.
- (D) Universalidade e Orçamento Bruto.
- (E) Discriminação e Economicidade.

38. Assinale a alternativa correta no que se refere às disposições constitucionais sobre precatórios.

- (A) A União pode utilizar valores por ela devidos a um Município em precatório para amortizar dívida vencida que haja contraído junto a ela, sem necessidade de anuência do Município.
- (B) O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, mantendo-se sua ordem de preferência se débito de natureza alimentícia.
- (C) Os Municípios aferirão bimestralmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.
- (D) Para a definição de obrigações de pequeno valor, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o máximo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.
- (E) Na forma de lei, a União poderá assumir débitos, a seu exclusivo critério, oriundos de precatórios de Municípios, refinanciando-os diretamente.

39. Observe o seguinte conceito:

Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, o trecho reproduz a definição de

- (A) dívida pública consolidada.
- (B) dívida pública mobiliária.
- (C) operação de crédito.
- (D) confissão de dívida.
- (E) dívida pública fundada.

40. Um município paulista comprou títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades.

Conforme Lei Complementar nº 101/2000, essa operação é

- (A) vedada, pois equipara-se à captação de recursos a título de antecipação de receita.
- (B) permitida, pois não viola as vedações da mencionada lei.
- (C) vedada, pois equipara-se à assunção direta de compromisso pela União.
- (D) permitida, desde que a amortização seja realizada em menos de 12 meses.
- (E) vedada, pois equipara-se a uma operação de crédito.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

41. O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública contra a União, na Justiça Federal do Distrito Federal, requerendo a aplicação de reajuste salarial. Devidamente citada, a União apresentou contestação e, por fim, a ação foi julgada procedente, concedendo a aplicação do reajuste salarial pleiteado. A ação transitou em julgado. Dois anos depois, Mateus, servidor público federal, que mora em Brasília, ingressou com cumprimento individual de sentença buscando receber os valores do reajuste salarial.

Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Mateus

- (A) não faz jus ao reajuste, uma vez que a decisão se aplica somente aos servidores filiados ao sindicato e residentes no Estado de São Paulo.
- (B) não faz jus ao reajuste, uma vez que a decisão se aplica somente aos servidores residentes no Estado de São Paulo, filiados ou não ao sindicato.
- (C) não faz jus ao reajuste, uma vez que a decisão se aplica somente aos servidores filiados ao sindicato, residentes ou não no Estado de São Paulo.
- (D) faz jus ao reajuste.
- (E) faz jus ao reajuste desde que haja autorização expressa do sindicato.

42. Acerca da legitimação para a propositura de ação civil pública, assinale a alternativa correta de acordo com o atual entendimento dos Tribunais Superiores.

- (A) O Ministério Público não tem legitimidade para atuar na defesa de direitos individuais homogêneos disponíveis.
- (B) O juízo de verificação da pertinência temática para a proposição de ações civis públicas por associações deve ser restrito, de modo a não permitir a utilização de forma indevida.
- (C) Uma associação regularmente constituída pode ser declarada inidônea desde que a pedido da parte ou por provocação do Ministério Público.
- (D) Ministério Público tem legitimidade ativa para defender direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, inclusive aqueles resultantes de serviços públicos.
- (E) A Defensoria Pública pode propor ação civil pública na defesa de direitos difusos e coletivos, não podendo postular a defesa de direitos individuais homogêneos, que devem ser objeto de ação individual.

43. O Município de Itaquaquecetuba executa programa habitacional vinculado ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Durante a análise dos pedidos, foram identificadas as seguintes situações: (i) Adriana: baixa renda, sem qualquer imóvel, mas cujo cadastro nacional ainda não foi realizado pelo governo federal; (ii) Bruno: possui em seu nome um imóvel residencial que utiliza para sua loja de doces; (iii) Caio: já recebeu subsídio do SNHIS há oito anos, mas afirma ter perdido o imóvel em razão de separação litigiosa; (iv) Dara: tem renda baixa, é elegível, mas solicita que o financiamento e a escritura saiam exclusivamente no nome do marido.

Considerando as situações hipotéticas e o disposto na Lei nº 11.124/2005, assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as pessoas indicadas são inelegíveis.
- (B) Bruno é elegível, uma vez que utiliza o seu imóvel residencial para fins comerciais.
- (C) Caio é elegível, uma vez que o prazo para ter recebido o subsídio é de cinco anos.
- (D) Dara é inelegível, uma vez que a escritura deve sair obrigatoriamente em nome da mulher.
- (E) Apenas Adriana é elegível.

44. A Secretaria de Habitação do Município de Itaquaquecetuba instaurou um procedimento de Regularização Fundiária Urbana (Reurb). Durante o processo, três pedidos chegaram simultaneamente à secretaria municipal: (i) Um pedido apresentado por associação de moradores representando 200 famílias; (ii) Um requerimento individual de empresa incorporadora, proprietária de parte do terreno; e (iii) Uma petição da Defensoria Pública, atuando em nome de moradores hipossuficientes. O Secretário questiona à procuradoria quais desses legitimados podem, de fato, requerer a instauração da Reurb.

A procuradoria deverá indicar que

- (A) apenas a associação de moradores e a Defensoria Pública possuem legitimidade para requerer a Reurb.
- (B) apenas a associação de moradores pode requerer a Reurb, por atuar coletivamente.
- (C) todos os três pedidos são legítimos.
- (D) apenas o Município pode instaurar a Reurb, sendo vedado a particulares requererem o início do procedimento.
- (E) apenas a incorporadora e a associação de moradores possuem legitimidade.

45. Acerca da Política Nacional de Mobilidade, prevista na Lei nº 12.587/2012, assinale a alternativa que corresponde a uma atribuição dos Municípios.

- (A) Planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano.
- (B) Propor política tributária específica e de incentivos para a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
- (C) Prestar, diretamente ou por delegação ou gestão associada, os serviços de transporte público coletivo intermunicipais de caráter urbano.
- (D) Fomentar o desenvolvimento tecnológico e científico visando ao atendimento dos princípios e das diretrizes da Mobilidade Urbana.
- (E) Organizar e disponibilizar informações sobre o Sistema de Mobilidade Urbana e a qualidade e produtividade dos serviços de transporte público coletivo.

46. Considerando as disposições constantes do Plano Diretor Estratégico do Município de Itaquaquecetuba, regulamentado pela Lei Complementar nº 399, de 27 de dezembro de 2024, assinale a alternativa correta.

- (A) A Habitação de Interesse Social – HIS e a Habitação de Mercado Popular – HMP são as tipologias destinadas à produção habitacional para população de baixa renda, promovidas por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, pela iniciativa privada, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público, cooperativas, movimentos populares e associações comunitárias ou em parcerias.
- (B) Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo, sem que o proprietário do imóvel tenha cumprido a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso, a Prefeitura Municipal poderá proceder a sua desapropriação, desde que haja avaliação justa e pagamento prévio em dinheiro.
- (C) É proibido ao Poder Público Municipal outorgar onerosamente o exercício do direito de construir acima dos limites estabelecidos na legislação própria, ainda que mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário.
- (D) A Regularização Fundiária de Interesse Específico mostra-se aplicável quando os núcleos urbanos informais estiverem em áreas de fragilidade ambiental ou em áreas de risco passíveis de regularização.
- (E) O Poder Público poderá facultar a realização de consórcios imobiliários como forma de viabilizar financeiramente o aproveitamento do imóvel sujeito ao parcelamento, edificação e utilização compulsória, mediante notificação a seus proprietários, excluídas as áreas objeto de regularização fundiária urbana.

47. Com fundamento na Lei Complementar nº 399, de 27 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico no Município de Itaquaquecetuba, assinale a alternativa correta.

- (A) A Função Ecológica da Terra constitui um dos princípios norteadores do Plano Diretor Estratégico no Município de Itaquaquecetuba e consiste na garantia da justiça social a partir da redução das vulnerabilidades urbanas e das desigualdades sociais entre grupos populacionais e bairros do Município.
- (B) A denominada Zona de Qualificação Urbana (ZQU) é integrada por áreas caracterizadas pela presença de imóveis rurais, nas quais é permitido o parcelamento do solo por meio da Outorga Onerosa de Alteração de Uso.
- (C) Para efeito da disciplina de parcelamento, uso e ocupação do solo, as disposições relativas às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) devem prevalecer sobre aquelas referentes a qualquer outra zona de uso incidente sobre o lote ou gleba.
- (D) O Plano Municipal de Saneamento do Município de Itaquaquecetuba deverá ser revisado pelo Poder Executivo, obrigatoriamente, a cada 4 (quatro) anos ou, independentemente de prazo, quando houver mudança significativa da legislação ambiental vigente.
- (E) O Poder Executivo Municipal poderá elaborar ou autorizar a elaboração de Planos de Intervenção Urbana – PIU para realizar incorporações imobiliárias, sendo vedada a constituição de fundo de investimento imobiliário para tanto.

48. Relativamente à regularização dos créditos do Município de Itaquaquecetuba junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, disciplinada pela Lei Complementar nº 408, de 15 maio de 2025, assinale a alternativa correta.

- (A) O parcelamento não é cabível aos sujeitos passivos que tiveram créditos públicos objetos de execuções fiscais extintas pelo Tema nº 1.184 do Supremo Tribunal Federal por falta de interesse de agir em razão do baixo valor, aplicando o princípio da eficiência administrativa.
- (B) Os débitos oriundos de multas de trânsito de titularidade do Município poderão ser negociados no âmbito do Programa de Parcelamento Incentivado instituído pela Lei Complementar nº 408, de 15 maio de 2025.
- (C) O escopo de abrangência do PPI/CEJUSC viabiliza a regularização de créditos tributários, ainda que não inscritos em dívida ativa, excluídos os créditos não tributários como multas de postura ou ambiental.
- (D) O PPI/CEJUSC configura novação prevista no art. 360, inciso I, do Código Civil, de tal modo que, por ocasião do seu cancelamento, os créditos não retornarão ao *status quo ante*.
- (E) A decretação de falência constitui hipótese legal que viabiliza o cancelamento unilateral pelo Município, sem notificação prévia do sujeito passivo, do parcelamento celebrado pelo PPI/CEJUSC.

49. O Plano Diretor Estratégico – PDE do Município de Itaquaquecetuba, regulado pela recente Lei Complementar nº 399, de 24 de dezembro de 2024, é o instrumento básico da Política de Desenvolvimento Urbano, fundamental à inovação no território municipal e à adequação do desenvolvimento urbano à realidade municipal, além de determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam no território. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta acerca dos conceitos legais dos institutos previstos na referida legislação.

- (A) As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS são porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda e estão classificadas em 5 categorias, conforme as especificidades locais.
- (B) Os imóveis, áreas tombadas ou protegidas por legislação municipal, estadual ou federal se enquadram como Zona de Uso Controlado – ZUC.
- (C) Decorrido o prazo de 3 (três) anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo, sem que o proprietário do imóvel tenha cumprido a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso, o Município poderá proceder a sua desapropriação, com pagamento em títulos da dívida pública.
- (D) A Zona de Urbanização Consolidada – ZUR é integrada pelas áreas centrais do Município, onde se deu o início da urbanização, atualmente atendidas com boa infraestrutura urbana.
- (E) O imóvel urbano privado que apresentar sinais de abandono poderá ser arrecadado como bem vago e, após, no mínimo, 5 (cinco) anos da sua arrecadação, será incorporado à propriedade do Município.

50. Nos termos das competências estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Itaquaquecetuba, assinale a alternativa que contempla matéria legislativa privativa da Câmara Municipal, que independe de sanção do chefe do Executivo.

- (A) Autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais.
- (B) Criar e extinguir cargos do seu quadro, inclusive fixando os respectivos vencimentos por meio de Resolução.
- (C) Autorizar a aquisição de bens imóveis e móveis por doação, salvo quando se tratar de doação sem encargo ao Município.
- (D) Autorizar a concessão e a permissão de serviços públicos.
- (E) Alterar a denominação dos próprios, vias e logradouros públicos municipais, bem como conferir denominação inicial.

